

GERENCIAMENTO DOCUMENTAL INTEGRADO À GESTÃO DE CONSERVAÇÃO:

PROCOLOS PARA O ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG¹

ANA MARTINS PANISSET, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS,
BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL

Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Acervo Artístico UFMG e do Laboratório de Preservação de Acervos da Escola de Ciência da Informação (ECI). Doutora em Artes – Preservação do Patrimônio Cultural – pela Escola de Belas Artes (EBA/UFMG). Mestre em Artes – Conservação Preventiva e Tecnologia da Obra de Arte pela Escola de Belas Artes (EBA/UFMG)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7892-2628>

E-mail: anapanisset.eci@gmail.com

(continua...)

1. Este artigo é produto da tese de doutorado *A documentação como ferramenta de preservação: protocolos para documentação e gestão do Acervo Artístico da UFMG*, desenvolvida sob orientação da profa. Dra. Yacy-Ara Froner pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGArtes-UFMG, 2013-2017). Apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

GERENCIAMENTO DOCUMENTAL INTEGRADO À GESTÃO DE CONSERVAÇÃO:

PROTOCOLOS PARA O ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG

(continuação)

YARA-ACY FRONER, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE,
MINAS GERAIS, BRASIL

Professora Titular do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes da UFMG e professora permanente nos Programas de Pós-Graduação em Artes e em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG. Estágio Sênior Capes no ICCROM. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social pela USP. Pesquisadora PQ-Nível 2 e bolsista CNPq de Pós-Doutorado Sênior junto ao Programa de Pesquisador Colaborador do Departamento de História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5675-6945>

E-mail: froner@ufmg.br

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i33p215-241>

RECEBIDO

18/06/2020

APROVADO

29/10/2022

GERENCIAMENTO DOCUMENTAL INTEGRADO À GESTÃO DE CONSERVAÇÃO: PROTOCOLOS PARA O ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG

ANA MARTINS PANISSET, YARA-ACY FRONER

RESUMO

Este artigo enfatiza a importância dos processos de documentação para uma gestão integrada de coleções, a partir do princípio de que o gerenciamento documental é uma das ferramentas indispensáveis para sua preservação. Aborda os protocolos desenvolvidos para políticas de documentação e gestão do Acervo Artístico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destacando a especificidade dos acervos universitários. Constituído ao longo da trajetória da UFMG, esta coleção possui hoje aproximadamente 1700 objetos, entre pinturas, gravuras, desenhos, aquarelas, paisagens, retratos, fotografias, livros de artistas, esculturas e murais, englobando desde o século XVI ao XXI. A fim de problematizar a inserção e a formação de acervos nas universidades, o texto discute aspectos que envolvem a história e o desdobramento de ações que perspectivam o reconhecimento, a gestão, a salvaguarda e a necessidade de articulação nos âmbitos locais, nacionais e internacionais. Tais acervos, embora acumulados no âmbito da universidade, têm origem distinta, o que demanda uma percepção diferenciada de seus registros. Diante de tais desafios, é fundamental estabelecer subsídios para a discussão da necessidade da documentação para conhecimento e visibilidade dos acervos universitários. O reconhecimento das bases teóricas, dos princípios conceituais das ferramentas operacionais e dos protocolos estruturantes de gestão é fundamental para o estabelecimento de políticas de gestão de acervos no âmbito universitário, perspectivando sua integração às ações universitárias de ensino, pesquisa e extensão.

PALAVRAS-CHAVE

Acervo museológico, Documentação museológica, Gestão de acervos, Museus universitários.

DOCUMENT MANAGEMENT INTEGRATED WITH CONSERVATION MANAGEMENT: PROTOCOLS FOR UFMG'S ART COLLECTION

ANA MARTINS PANISSET, YARA-ACY FRONER

ABSTRACT

This paper emphasizes the importance of documentation processes for an integrated collection management, arguing that document management is an indispensable tool for its preservation. It addresses the protocols developed for documentation policies and management of the Federal University of Minas Gerais (UFMG) Art Collection, highlighting the specificity of university collections. Built throughout UFMG's trajectory, this collection currently holds approximately 1700 objects, including paintings, engravings, drawings, watercolors, landscapes, portraits, photographs, artists' books, sculptures, and murals, ranging from the 16th to the 21st century. To problematize the insertion and formation of university collections, the text discusses aspects involving the history and unfolding of actions that aim at the recognition, management, safeguarding, and the need for articulation at local, national, and international levels. These collections, although accumulated within the university, have different origins, which requires a different perception of their records. Faced with such challenges, it is essential to establish subsidies for discussing the need for documentation for knowledge and visibility of university collections. Recognition of the theoretical bases, conceptual principles, operational tools and structuring management protocols is fundamental for establishing collection management policies within universities, considering their integration with university teaching, research and extension actions.

KEYWORDS

Museum collection, Museum documentation, Collection management, University museums.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a importância de protocolos para políticas de preservação, documentação e gestão de acervos universitários, tendo como objeto de estudo o Acervo Artístico da Universidade Federal de Minas Gerais (AAUFMG), reafirmando o valor dos processos de documentação e da gestão integrada, como ferramentas indispensáveis à conservação.

Esse acervo resultou de um colecionamento assistemático, caracterizado pela acepção comum da universidade enquanto local exemplar para a produção de conhecimento por meio da pesquisa e da guarda de acervos a ela destinados. Assim, cabe pontuar que a constituição do AAUFMG ocorreu sem um projeto ou um programa específico, tampouco sem uma intencionalidade precisa ou um recorte conceitual histórico ou artístico, o que se refletiu nos atuais problemas relacionados à sua destinação, alocação, gestão e organização documental. Assim, propomos uma reflexão acerca da necessidade da documentação para o acesso e a visibilidade dos acervos universitários, geralmente dispersos pelo campus, como é o caso do AAUFMG, e habitualmente despercebidos no cotidiano da comunidade. O reconhecimento do valor desse patrimônio traz à tona a necessidade de estabelecimento de políticas de gestão no âmbito universitário e de um compromisso efetivo dos órgãos de direção na proteção destes acervos.

A pesquisa de doutorado que fundamentou esta discussão (PANISSET, 2017) propôs um modelo para a implantação do sistema de informação do AAUFMG, subsidiando a implementação de um sistema de gestão em rede do patrimônio universitário, que está sendo aplicado também aos outros acervos, museus e espaços de ciências e cultura da UFMG. Partimos da hipótese que a documentação é uma ferramenta integrada ao campo da Conservação Preventiva. Nessa perspectiva, a documentação pode produzir ressignificações de acervos no âmbito universitário, transformando sua existência, aparentemente invisível, em um sistema acessível, colaborativo e compartilhado.

A elaboração do diagnóstico e das propostas de protocolos de documentação e gestão de acervos aplicados ao AAUFMG seguiram as normativas internacionais nomeadamente do Comitê Internacional para a Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC-ICOM Brasil); da *Collections Trust* (CT); do *Getty Research Institute* (GRI); e da *Canadian*

Heritage Information Network (CHIN). Desta forma, por meio da compreensão do estado da arte, tanto no contexto nacional quanto internacional, procuramos estabelecer normas de estrutura de dados e procedimentos a serem utilizadas no registro, documentação e gestão do AAUFMG. Diante da interface entre teoria e prática nas questões relativas à documentação em museus, propomos a aproximação entre as áreas da Conservação, Museologia, Ciência da Informação e Documentação, a partir de um diálogo que se julga imprescindível para a reflexão interdisciplinar da documentação em museus.

Acreditamos que a situação atual do AAUFMG pode ser modificada ao serem integradas práticas e ações de ensino, pesquisa e extensão, políticas culturais na UFMG, além da definição clara da sua missão. Desse modo, elaboramos protocolos para viabilizar o levantamento, a análise, a organização catalográfica, a informatização e a difusão do acervo artístico gerenciada por órgãos administrativos da UFMG, a fim de que a Universidade veja a necessidade de se criar normas que protejam esse patrimônio.

2 ACERVOS E MUSEUS UNIVESITÁRIOS

A formação de um acervo/museu universitário pode se dar de diferentes formas: pela aquisição de objetos ou coleções de particulares por doação ou compra, pela transferência de um museu já formado para responsabilidade da universidade, pela coleta e pesquisa de campo, pelo acúmulo histórico, pelos instrumentos científicos utilizados no passado, pela combinação desses processos, entre outras. Peter Stanbury (2000, p. 6) questiona: “O que torna as coleções universitárias únicas, tanto no campus universitário quanto entre um grupo maior de museus ‘comuns’? Por que os museus universitários são especiais?”. Existem, de fato, coleções e museus universitários de todas as áreas do conhecimento, abrangendo todas as disciplinas possíveis, e que poderiam estar reunidos aos seus similares não universitários. Mas estes, embora apresentem aspectos semelhantes detêm características que os diferenciam dos demais, “inserindo-se em um contexto transmuseal” (RIBEIRO, 2007, p. 22).

A diversidade de museus e coleções universitárias é surpreendente e abrange:

- diversidade de disciplinas e tipologias;

- diversidade terminológica, a partir de uma multiplicação de termos ex.: museu, galeria com ou sem coleção, herbário e arquivo - usos frequentemente divergentes do mesmo termo – museu;
- a coexistência de museus [instituições museológicas] e coleções não institucionalizadas;
- diversidade de modelos de tamanho e gestão;
- diversidade de propósitos: coleções reunidas para ensino, pesquisa, exibição pública e coleções resultantes da acumulação de *memorabilia* universitária e arte;
- diversidade de posicionamento dentro da estrutura universitária, resultando em diversidade de modelos de autonomia: museus e coleções filiados à departamentos, à faculdades, à bibliotecas, aos conselhos executivos da universidade (reitores, vice-reitores etc.);
- diversidade de público e usuários: as coleções universitárias podem ser utilizadas por pesquisadores e estudantes, elas podem ser abertas ao público em geral e podem não ser mais ser usadas de forma nenhuma (órfãs) (LOURENÇO, 2005, p. 46).

Diante de uma diversidade temática tão ampla, devemos buscar entender sua natureza, como são planejados, construídos, dirigidos, organizados, expandidos, negligenciados e desmantelados por professores, pesquisadores, estudantes, funcionários e ex-alunos no contexto acadêmico. Segundo Marta Lourenço (2005):

Se a natureza, a história e o *modus operandi* das universidades não forem levados em conta, é provável que se possa achar que a complexidade dos museus e das coleções universitárias seja de certa forma opressiva, que as razões da sua existência sejam caóticas e arbitrárias, e que seu desempenho público seja bem abaixo dos padrões museológicos estabelecidos. A comparação com as instituições museológicas que não são geridas por universidades deve claramente ser realizada, mas apenas uma vez que a natureza e o significado das coleções universitárias estejam mais claramente compreendidos² (LOURENÇO, 2005, p. 19, tradução nossa).

2. “If the nature, history and *modus operandi* of universities are not taken into account, one is likely to find the complexity of university museums and collections overwhelming, the reasons for their existence chaotic and arbitrary, and their public performance well below standards. One can and should benchmark against the museum sector, but only once the nature and significance of university collections is more clearly understood”.

Portanto, a origem e o uso das coleções, assim como sua diversidade, parecem ser condicionantes a formas distintas de gestão no contexto universitário. Desse modo, podemos conceber que uma coleção constituída no espaço universitário admite características distintas de outras coleções formadas fora das universidades, principalmente em relação os modelos ou paradigmas operacionais de uso. O fato destes acervos serem integrados às universidades – e principalmente no nosso caso, à uma universidade pública – é determinante para o estabelecimento de sua missão, principalmente em relação às políticas de acesso.

No âmbito da gestão pública é importante perceber que, quando tratamos dos museus e acervos das instituições de ensino superior públicas, estamos tratando de instituições cuja gestão está vinculada ao funcionamento, regras e impedimentos da administração da coisa pública, com as vicissitudes do bom ou mau funcionamento do Estado brasileiro (RIBEIRO, 2013, p. 89).

A conceituação do patrimônio universitário encontra-se intimamente ligada e identificada com à origem de suas coleções, do qual não podemos prescindir das relações intrínsecas estruturadas a partir da comunidade acadêmica, seus hábitos, campos de atuação, valores e função social.

Contudo, devemos ter em conta que parte deste patrimônio universitário não foi constituído pela comunidade acadêmica; diversos acervos e museus são formados por doações de coleções e acervos constituídos fora das universidades, o que traz outras questões em relação a esse patrimônio: diversas funções dos acervos e museus universitários estão ligadas diretamente à história da universidade, seu perfil e região em que se localizam. Esses fatores, aliados às políticas de ensino, pesquisa e extensão, são fundamentais para a construção de sua missão. Diante do exposto apresentamos uma síntese das características dos museus universitários a partir dos delineamentos propostos por Gil (2005, p. 49):

- deve obviamente estar integrado numa universidade [...];
- deve ter a preocupação de estudar, conservar e apresentar convenientemente as coleções que possui, usando-as em ações científico-pedagógicas [...];
- tem como uma das suas missões constituir a “face visível” da universidade para o grande público, procurando chamar a atenção

deste para o que ali se faz, como investigação, ensino e ação cultural, evidenciando de forma inteligível, a sua importância para a comunidade. [...];

- tem o dever de proteger e valorizar o seu patrimônio histórico-artístico, facilitando a fruição dele pelo grande público e favorecendo o seu estudo pelos especialistas da própria universidade ou exteriores a ela;
- distinguem-se dos seus congêneres dependentes de outros organismos no fato das atividades enumeradas serem realizadas numa perspectiva universitária, dando origem a uma instituição híbrida que projeta a universidade nas populações que não a frequentam – influenciando na sua qualidade de vida – bem como nos jovens que nela pretendem ingressar (GIL, 2005, p. 49).

O fato de estar inserido no meio acadêmico traz alguns benefícios a essas coleções, tais como: a possibilidade de enriquecer as pesquisas e ensino com a colaboração de colegas das faculdades; a participação de sistemas de fomento da universidade no financiamento e permuta de exposições; a oferta pelo museu de cursos de extensão e a ajuda administrativa dada por órgãos competentes da universidade (ALMEIDA, 2001). Sendo assim, os acervos e museus universitários deveriam, portanto, tirar o máximo proveito, uma vez que a universidade sendo local de experimentação e de formação, é um lugar privilegiado para a produção de conhecimento.

2.1 Acervos e museus universitários: desafios

Segundo Lourenço (2005), as coleções universitárias foram reorganizadas, negligenciadas, descartadas, dispersas, vendidas e perdidas nas últimas décadas. De fato, as coleções universitárias sempre foram submetidas aos fluxos das mudanças: no passado, isso ocorreu principalmente por razões científicas; atualmente, os motivos da reorganização e dispersão parecem gerados em grande parte por questões políticas e administrativas.

Diversos autores (ALMEIDA, 2001; LOURENÇO, 2005; RIBEIRO, 2007; RIBEIRO, 2013; STANBURY, 2000) apontam problemas recorrentes em museus universitários, nacionais e estrangeiros, decorrente de suas características e particularidades. Dentre as dificuldades descritas citamos: inexistência de políticas específicas endossadas pela universidade as quais

assegurariam a continuidade de projetos e programas; diferentes vinculações político-administrativas com as próprias universidades; quadro deficitário de pessoal, acarretando sobrecarga de trabalho para os demais; insuficiência de programas de capacitação das equipes atuantes; falta de espaço adequado para abrigar suas coleções e inadequação de espaços para diferentes funções; grande disparidade em relação à pesquisa e ao ensino desenvolvidos pelos departamentos; tensões nas relações com departamentos (entre professores, estudantes e funcionários) e com as comunidades universitária e local; abandono das coleções; falta de tratamento correto do acervo; dificuldades no planejamento e na organização de exposições e reserva técnica; tratamento inadequado da informação; falta de planejamento de ações integradas de pesquisa, educação e comunicação; dentre outras. A lista apresentada é longa e, ainda assim, não exaustiva. O AAUFMG, investigado nesta pesquisa, é uma exceção.

As coleções universitárias são ativos com um valor potencial de pesquisa e, no caso dos museus, valor espacial, além do valor monetário. No entanto, poucos acervos têm tão pouca proteção contra o descarte arbitrário e alienação de espaço como os museus universitários. A construção e manutenção dos edifícios em que as coleções universitárias são acondicionadas é frequentemente negligenciada porque essas áreas são frequentemente ignoradas nos planos de gestão financeira e desenvolvimento institucional, e nem sempre as equipes responsáveis são consultadas. No do AAUFMG, o apoio institucional tem sido fundamental.

Entretanto, como afirma Ribeiro (2007), a falta de recursos é o maior problema que afeta quase todos os museus universitários brasileiros, desencadeando uma série de problemas. Por fim, nunca é demais ressaltar a complexidade das práticas relacionadas à gestão dos museus, cujas necessidades de adquirir, conservar, estudar, expor e transmitir o patrimônio material, com fins de estudo, educação e deleite (ICOM, 2017), demandam, cada vez mais, articulação entre eficiência técnica e o atendimento às demandas da sociedade contemporânea.

“As crescentes demandas impostas a estas instituições exigem respostas rápidas, capacidade de adaptação frente às adversidades econômicas e flexibilidade em relação as mais variadas abordagens de produção de conhecimento, bem como posicionamento político tolerante com as diferenças e defesa da inclusão social” (MENDONÇA, 2014, p. 86).

Tendo em vista todos os problemas enfrentados, necessitamos buscar formas de atuação para que os acervos e museus universitários possam exercer suas funções. De acordo com Almeida (2001) consideramos que acervos e museus universitários, idealmente, deveriam realizar todas as funções de um museu, consoantes à definição do ICOM³ e, além disso, deveriam:

- abrigar / formar coleções significativas para desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão;
- dar ênfase ao desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo;
- manter disciplinas que valorizem as coleções e as pesquisas sobre as coleções;
- participar da formação de trabalhadores de museus;
- propor programas de extensão: cursos, exposições, atividades culturais, atividades educativas baseados nas pesquisas e no acervo;
- manter programas voltados para diferentes públicos: especializado, universitário, escolar, espontâneo, entre outros, dependendo da disponibilidade de coleções semelhantes na região e do interesse dos diferentes públicos. Esses programas também são frutos de pesquisas (ALMEIDA, 2001, p. 5).

Para além destas funções acima elencadas, de acordo com Dyson (1990):

Um museu universitário deveria assim se tornar, caso já não o seja, um símbolo da preocupação da universidade com sua própria missão educacional mais ampla na sociedade. O museu deveria constituir uma janela - tanto para dentro como para fora da universidade - estabelecendo uma ligação importante entre a comunidade acadêmica e as comunidades vizinhas. A percepção clara deste papel é um poderoso argumento para o apoio contínuo de ambas as clientelas (DYSON, 1990, p. 69).

Reafirmamos ainda a importância dos museus e acervos desempenharem um papel vital para o ensino, pesquisa e extensão da universidade, sob risco de não sobreviver aos cortes de verbas e reformas universitárias. Segundo o documento de conclusões gerais do I Encontro Nacional de

3. “O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64).

Museus Universitários, estes devem ser órgãos necessários ao ensino, à pesquisa e à extensão devendo ser levados em conta em qualquer política cultural e acadêmica que a universidade venha a adotar (MEIRELLES, 1992). Destaca-se que a função primordial dos museus é educativa e, nesse sentido, os museus universitários devem democratizar o conhecimento, contribuindo para a formação da consciência social.

É necessário pensar em coleções universitárias e museus não como repositórios, mas como centros de formação e pesquisa. O museu da universidade deve simultaneamente ser um instrumento de difusão, comunicação e servir à educação formal e informal, além de constituir redes de comunicação e intercâmbio entre os diferentes museus. Desse modo, políticas de preservação devem ser concebidas inseridas no princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. No entanto, dentro desses princípios, torna-se fundamental incorporar as questões específicas que envolvem o campo específico dos museus e da Museologia, principalmente as relações de extroversão e publicização. Defendemos que os museus universitários possuem muitas missões e atribuições particulares, frutos das atividades museais e, portanto, não podem ser tratados de forma igualitária a outros órgãos institucionais.

3 DOCUMENTAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO

Diversos problemas relacionados à preservação do AAUFMG decorrem da falta de seu reconhecimento institucional, devido, principalmente, à falta de registro inicial, de protocolos de documentação e de gestão deste acervo. Froner (2001, p. 263) destaca “os objetos adquirem valor pelas mãos do conhecimento [...]. O objeto existe enquanto um elemento a ser preservado quando lhe é imputado um valor histórico, artístico e cultural”. As atividades museológicas – coletar, colecionar, documentar, expor, estudar etc. – “reproduzem as noções de valor e de significado desses bens” (FRONER, 2007, p. 1). Segundo Alves (2012) o estudo das informações sobre os objetos, coletadas por meio de um processo de inventário/catalogação, permite a interpretação destes como uma testemunha da história. As atividades de registro e documentação dos bens culturais supõem, portanto, seu reconhecimento como patrimônio, que exige tutela e proteção. Esse reconhecimento do valor e importância de um bem cultural é muitas vezes o primeiro passo para a sua conservação.

De acordo com Mensch (1983, p. 21), objeto museológico é “qualquer elemento pertencente ao âmbito da natureza e da cultura material que seja considerado merecedor de preservação”⁴. O ato de selecionar e atribuir valor, por si, já acrescenta um novo valor ao objeto – o de ter sido escolhido – e este valor aumenta com o passar do tempo. As medidas de salvaguarda farão com que os objetos escolhidos “sobrevivam” e aqueles objetos desprezados pelos critérios de seleção sejam abandonados ao esquecimento ou condenados ao desaparecimento (MENSCH, 1983).

Ainda assim, de acordo com Alves (2012), um objeto não precisa ser transferido à uma instituição museológica para ganhar o status de patrimônio, basta apenas que ele seja tratado por meio de modelos museológicos de interpretação e valorização para que seja musealizado. O objeto que está em seu uso cotidiano – como algumas obras do AAUFMG que cumprem o papel de decoração de algumas unidades do campus –, ao receber tratamento documental e museológico, também é legitimado como patrimônio artístico, cultural e científico, e conseqüentemente fica sujeito às políticas institucionais de salvaguarda.

“Todo objeto pode ser interpretado e passar a ser considerado patrimônio. A busca dos valores intrínsecos dos bens patrimoniais e a pesquisa sobre sua relação com o meio [valores extrínsecos] são maneiras de atribuir outros valores ao bem patrimonial público e, conseqüentemente, levam a uma política de preservação” (ALVES, 2012, p. 24).

Os protocolos propostos para a investigação e o registro das obras que estão sob tutela da universidade, constituintes do AAUFMG, abarcam essa busca de valores, disponibilização de informações e geração de conhecimento, para que estes objetos, sendo então considerados patrimônio artístico, cultural e científico, como bens musealizados, sejam protegidos por políticas de preservação. Negligenciar a documentação “é, sobretudo, negar à esfera pública a pluralidade de significados e sentidos presentes nos acervos” (LOUREIRO, 2008, p. 25).

É importante termos em vista, principalmente no campo da gestão pública, que: “as decisões concernentes à dotação de recursos e à conservação

4. “Any element belonging to the realm of nature and material culture that is considered worth to be preserved”.

das propriedades culturais implicam em considerações políticas. Um maior apoio político para a conservação e a preservação de bens culturais dependerá de uma maior consciência pública de sua necessidade” (FRONER, 2001, p. 46).

O núcleo documental da peça é formado pelo seu registro. Sua importância e independência são evidentes. Se a peça for perdida por qualquer motivo, ou se a peça perdeu sua referência museológica, ela não terá sido completamente perdida se este núcleo documental for preservado, através do qual podemos conhecer sua história, reconstruí-la (mesmo para a função comunicativa, para a exposição) ou encontrá-la, redescobri-la. É no registro onde a memória e o contexto do objeto são preservados⁵ (CABALLERO ZOREDA, 1983, p. 4, tradução nossa).

Segundo Marín Torres (2002, p. 24, tradução nossa), “neste desejo de deixar por escrito o conteúdo de uma coleção, há um interesse pela perpetuidade da mesma no tempo, e mesmo que se desintegre e disperse, sempre haverá a lembrança do que aquela foi”⁶. Lembramos ainda que um sistema de documentação museológica eficiente gera, dissemina e preserva as informações de que são portadoras suas coleções.

Dada a complexidade do conjunto de objetos criados pelo homem, é necessário o desenvolvimento de sistemas de documentação igualmente complexos no âmbito dos museus, de modo a otimizar o acesso não só aos objetos, mas também às informações (intrínsecas e extrínsecas) (LOUREIRO, 2008, p. 113).

Museus e acervos precisam de um sistema de documentação racional e viável.

4 O ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG

Em seus 92 anos de existência, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu, ao lado de suas coleções científicas, um importante e numeroso patrimônio artístico, com aproximadamente 1700 obras – objetos, pinturas, gravuras, esculturas, fotografias, entre outros – criações

5. “El núcleo documental de la pieza lo forma el expediente. Su importancia y su independencia es evidente. Si la pieza se pierde por cualquier razón, o si la pieza ha perdido su referencia museológica no se habrá perdido del todo si se conserva este núcleo documental, a través del cual podemos conocer su historial, reconstruirla (incluso para la función comunicativa, para la exposición) o encontrarla, redescubrirla. Es en el expediente donde se conserva la memoria del objeto, su contexto”.

6. “En este deseo de dejar por escrito el contenido de una colección hay un interés por la perpetuidad de la misma en el tiempo, y aunque se desintegre y disperse, siempre quedará la memoria de lo que aquella fue”.

que datam do século XVI ao século XXI, hoje espalhadas pelas unidades acadêmicas da universidade ou sob a guarda direta da Diretoria de Ação Cultural da UFMG (DAC), armazenadas em reserva técnica⁷.

Considerando o extenso intervalo de tempo desde sua formação, cabe ressaltar o caráter de sua constituição eclética, formada a partir de distintas intencionalidades, valores e princípios, principalmente a partir de projetos individuais, programas descontínuos, propostas esporádicas e, até mesmo, de ações circunstanciais, não planejadas. Desse extenso conjunto, muitas obras avulsas foram incorporadas ao patrimônio da UFMG, por diversos meios como doações, projetos e premiações em salões. Dos retratos de diretor de unidades e reitores, comuns a qualquer instituição universitária, às coleções doadas por pesquisadores e artistas, oriundos ou não dos quadros da universidade, o acervo de arte da UFMG é obra de um processo de colecionismo assistemático.

É justamente na inexistência de uma identidade única, singular e própria que podemos encontrar seu valor múltiplo, testemunho das mudanças de gosto, da atuação individual de agentes culturais e artísticos da UFMG e das oscilações políticas na direção da universidade. Se nos parece que o acervo se constituiu sem um propósito claro, tanto do ponto de vista de seu recorte artístico quanto de sua destinação, o desafio de encontrar uma organicidade desse acervo a partir da sua própria história constitutiva torna-se estratégia fundamental.

Partindo deste princípio, o primeiro protocolo desenvolvido foi o *Diagnóstico de Documentação*, baseado em distintos *Diagnósticos de Conservação Preventiva* e no próprio modelo traduzido por Panisset de *Checklist para uma política de gestão de acervos* (PAASKOSKI; EKOSAARI, JANTUNEN, 2014). Essa avaliação consistiu no levantamento dos distintos modelos de inventário, registro ou catalogação, considerando o próprio sistema de patrimonialização institucional inerente ao controle de bens das Unidades Acadêmicas e Reitoria, além da notação daqueles bens não inventariados, principalmente porque muitos deles, ao serem vistos apenas

7. São ao todo 34 unidades da UFMG localizadas no Campus Pampulha, Campus Saúde e unidades do centro de Belo Horizonte, como também em outras cidades como Tiradentes e Diamantina, nas diversas unidades, departamentos, salas, jardins e espaços da universidade.

como itens decorativos, não constam nos sistemas, conforme descrito no *Histórico do atual sistema de documentação do AAUFMG* (PANISSET, 2017).

Como vimos, com frequência, as universidades foram consideradas guardiãs por excelência de acervos já formados e mesmo de museus já constituídos, reforçando sua vocação e seu papel social para a recepção de coleções, quer por doações, que por políticas de aquisição. Identificada como um centro produtor de conhecimento a partir de um quadro de pesquisadores qualificados e de recursos financeiros direcionados à pesquisa, a universidade seria por excelência o espaço ideal para a manutenção de bens culturais, artísticos e científicos. É, naturalmente, dessa identidade e ajuizamento social que a UFMG constituiu boa parte de seu acervo artístico. Observando uma prática social comum, os primeiros museus universitários foram formados a partir da doação de coleções particulares às universidades. A atitude do colecionador e/ou de seus herdeiros de repassar a gestão de uma coleção para um centro universitário pressupunha, naturalmente, a competência da instituição para a pesquisa, a extroversão e a consequente salvaguarda e uso do acervo.

Contudo, esta prática determina muitas vezes a assimetria na formação das coleções das universidades, pois, na maioria dos casos a seleção de obras feita por colecionadores é pautada pelo seu gosto pessoal, pelo mercado e até mesmo por aquisições aleatórias, resultando na aquisição de obras de diferentes artistas, distintas épocas e várias procedências. Associado aos diversos agentes de doação, o ecletismo específico de uma determinada coleção combinado com o ecletismo resultante da sobreposição de diversas coleções direcionadas a um mesmo equipamento, centro ou sistema no âmbito das universidades, impede a formação de um conceito de organização a partir de 'série', exatamente pela ausência de uma lógica, tanto no conjunto de uma doação específica quanto na somatória de todas as coleções individuais. Como exemplo, Coelho discute essa problemática ao falar sobre a formação do acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP):

Ter uma obra de cada é típico de colecionadores privados e não de um Museu; ter uma obra de cada é típico do pensamento enviesado que norteia o colecionismo e que faz do colecionismo muito mais um fenômeno de psicologia individual (e de psicologia individual problemática, para dizê-lo claramente) que de estética ou história da arte (COELHO, 1999, p. 29).

Se por um lado a universidade busca, ao adquirir essas coleções, o fortalecimento de sua imagem diante da sociedade, por outro lado, os doadores desses acervos também buscam visibilidade e reconhecimento público, muitas vezes valorizando não apenas sua imagem pessoal, mas das empresas que representam.

A posse de valiosas coleções dava prestígio às universidades, tanto pelo fato de poderem utilizá-las para ensino e pesquisa como pela criação de uma imagem de patrocinadoras/protetoras das artes e ciências. Nas décadas de 60 e 70 muitas universidades britânicas tornaram-se responsáveis por museus e coleções que estavam com problemas financeiros e também adquiriram outras importantes coleções. Com a crise financeira das universidades nos anos 80, passou-se a questionar a sua capacidade de gerir todo esse patrimônio (ALMEIDA, 2001, p. 26).

No entanto, como observa Ribeiro (2013), o processo de recepção de acervos em contextos universitários pode acarretar diversas dificuldades, tanto na gestão quanto na consolidação de espaços apropriados, caso não tenha sido feito um planejamento inicial. A ausência de recursos financeiros e humanos, de espaço físico adequado, de efetiva gestão de informação, de um corpo de pesquisadores das áreas abrangidas pelas coleções, de políticas de gestão, de cursos relacionados com as coleções e até mesmo de um espaço efetivo, como é o caso da ausência de um museu artístico na UFMG e de uma reserva técnica adequada, conduzem à inoperância da pesquisa e da acessibilidade e, portanto, ao não cumprimento do objetivo primordial dessas doações que é a visibilidade e a salvaguarda do acervo doado.

No bojo desta reflexão que discute o caráter assistemático do AAUFMG, duas coleções, a *Coleção Brasileira* e a *Coleção Amigas da Cultura*, encaminhadas à universidade nas décadas de 1960 e 1970, guardam princípios de identidade relevantes e coesos, bem como a indicação de encaminhamento a partir de propósitos específicos, delineados por seus respectivos doadores – a primeira doada pelo jornalista e fundador do Diários e Emissoras Associados, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello (1892-1968), em 1966, e a segunda doada em 1970 pela Sociedade Amigas da Cultura.

As duas iniciativas conduzidas por Chateaubriand e pela Sociedade Amigas da Cultura tinham por intenção apoiar a criação de um museu ou estrutura similar no contexto do espaço cultural e artístico da UFMG.

Fato que nunca ocorreu. Porém, não há como negar a importância do AAUFMG e a constituição de um referencial de acervos de arte na UFMG.

A despeito dessas ações mais sistemáticas de gestão de coleções artísticas da UFMG, entre os anos de 1960 e 1970, esse acervo seguiu uma espécie de trajetória errática dentro da Universidade. O museu para o qual a doação das Amigas da Cultura visava instalar nunca foi criado; o espaço da reitoria dedicado à exibição da coleção Brasileira também não se manteve. A constatação de Araújo (2012), referindo-se à situação da Coleção Brasileira, de lacunas de documentação que comprometem compreender a história dessas obras na Universidade, além de dissociação de conjuntos, pode ser estendida às demais coleções, senão a todo o acervo artístico da UFMG (JULIÃO; PANISSET, 2017, p. 1895).

Entre os anos de 2009 e 2010 a UFMG desenvolveu o Projeto “Memória, Acervo e Arte” (PAULA, 2011), a partir da coordenação do Pró-Reitor de Extensão da UFMG João Antônio de Paula, da professora aposentada da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) Marília Andrés Ribeiro e pelo então diretor do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, Fabrício Fernandino. O projeto realizou um extenso levantamento do AAUFMG, com participação da conservadora Moema Nascimento Queiroz (EBA). O trabalho resultou na publicação de um livro e na realização de exposições no campus.

O inventário realizado entre 2009 e 2011 teve o mérito de selar a ideia de um acervo artístico da Universidade. Além das coleções doadas à UFMG, a exemplo das já mencionadas, o projeto mapeou obras de arte que integram outras coleções e tipologias de acervo, a exemplo do Curt Lange, Escritores Mineiros, coleção de cerâmica do Vale do Jequitinhonha do Museu de História Natural e Jardim Botânico, esculturas ao ar livre, painéis dos prédios, retratos de personalidades, obras que estão expostas em gabinetes e salas das escolas, institutos e faculdades (JULIÃO; PANISSET, 2017, p. 1896).

O que nos parece é que o que consideramos hoje como AAUFMG foi conformado a partir de um formato de documentação, cunhado pelo inventário realizado no projeto “Memória, Acervo e Arte”. Até o momento do projeto (2009-2011) a UFMG possuía somente distintas coleções de arte e obras avulsas que decoravam o campus, o mapeamento “descobriu” outras coleções e selou a ideia de um acervo de arte na universidade. Vale destacar, que o inventário anterior é de extrema importância para o AAUFMG,

uma vez que realizou extenso levantamento do acervo, gerando informações quantitativas e qualitativas sobre ele.

A obra “em si” não existe realmente; ela se diz “obra” por meio e com a condição de ser posta em determinada forma, de ser posta “em sítio”. Fora do sítio, que a teoria construiu e que as teorizações mantêm vivo, ela não é nada. São necessárias essas mediações, todo esse trabalho tecido incansavelmente pelo comentário, para que seja reconhecida como obra. Pois nenhuma atividade – e a arte não escapa a essa condição – pode ser exercida fora de um sítio que lhe dê seus limites, determine os critérios de validade e regule os julgamentos que serão tecidos a seu respeito (CAUQUELIN, 2005, p. 21).

A Coordenadoria de Acervos Artísticos da UFMG designada para a gestão do AAUFMG é atualmente um setor da Diretoria de Ação Cultural da UFMG (DAC) e tem como objetivo gerir todo o acervo artístico pertencente ao patrimônio da Universidade, independentemente das unidades de tutela. O trabalho de gestão do AAUFMG, iniciado pela DAC em 2015, visa a continuidade das ações de preservação, pesquisa e extroversão do patrimônio para o público interno e externo. Foi também instituído pela DAC, na mesma época, o Conselho Consultivo do Setor de Acervo Artístico, formado por representantes do corpo docente dos cursos de Museologia, Conservação-Restauração e Artes Visuais.

A compreensão dos antecedentes formadores e do contexto atualizado desse acervo é fundamental para políticas de gestão a curto, médio e longo prazo, bem como para a consolidação de um espaço específico e de uma política contínua de salvaguarda baseada em protocolos indiciais coerentes, ainda que adaptáveis ao longo do tempo, uma vez que as ferramentas tecnológicas e os modelos de conhecimento não são estáticos.

É importante enfatizar que AAUFMG, pelos motivos expostos acima, entre outros, apresenta um papel potencial para o desenvolvimento de projetos de ensino e pesquisa nos âmbitos de diversos cursos existentes atualmente na UFMG, que carecem de um campo de estudo para corroborar suas pesquisas e práticas. É necessário, portanto, que sejam criadas condições para que esse acervo se torne um laboratório capaz de contribuir, com as várias disciplinas, para a inovação e a excelência de projetos acadêmicos desenvolvidos em diferentes campos

do conhecimento, tanto do ponto de vista das obras em si quanto da formação e da preservação de suas coleções.

4.1 PROTOCOLOS PARA DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO ACERVO ARTÍSTICO DA UFMG

Conforme apontado, o primeiro protocolo foi o diagnóstico da documentação existente, a partir de uma metodologia qualitativa que avaliou a historicidade do processo e quantitativa que sistematizou as informações contidas no levantamento anterior (2009-2010). Este exame permitiu identificar a quantidade estimada de obras, o número de unidades a serem inventariadas, as tipologias de objetos artísticos arrolados, as lacunas ou incongruências informacionais e as condições de acesso às obras nas unidades da UFMG, a fim também de possibilitar uma comparação com as ferramentas escolhidas e compreender as necessidades de documentação do acervo para subsidiar o processo de escolha do software de gestão de acervos e a estruturação do sistema. O diagnóstico visou ainda o levantamento dos termos necessários para a construção do vocabulário controlado. Com essas informações sistematizadas e a partir de estudos do acervo foi possível desenvolver adequadamente a normalização do trabalho de documentação, assim como seu planejamento, conforme descrito por Panisset no Anexo 7 de sua tese (2017, V.II, p. 438).

Partindo desse Diagnóstico, foram desenvolvidos outros protocolos, necessários a implantação do projeto junto à DAC que, por meio do apoio continuado da Reitoria (2009-2022), em suas distintas gestões – Clélio Campolina Diniz (2010-2014); Jaime Arturo Ramírez (2014-2018); Sandra Goulart Almeida (2018-2022). Descritos no segundo volume da tese de Panisset (2017), estão sistematizados no formato de manuais. De acordo com a *Collections Trust* (2016, p. 1):

um plano de documentação é um documento ou relatório cuidadosamente pensado que analisa a documentação em um museu, identifica áreas problemáticas e propõe um plano para resolver esses problemas. Geralmente incluirá detalhes da escala de tempo, métodos, equipamentos e materiais, responsabilidades e custo⁸.

8. “A *documentation plan* is a carefully thought out document or report which reviews the documentation at a museum, identifies problem areas and puts forward a plan to solve those problems. It will generally include details of the timescale, methods, equipment and materials, responsibilities, and how much it will cost”.

O segundo protocolo, *Manual de procedimentos de documentação* (PANISSET, 2017), determinou a Metodologia para o inventário in loco; o Manuseio; a Higienização; a Numeração dos objetos e documentação associada; a Marcação dos objetos; a Medição; as Regras gerais de introdução de dados; o Roteiro para descrição; e a Gestão da base de dados. Foram desenvolvidas nesse trabalho: Ficha de catalogação simplificada para registro dos objetos; Ficha de catalogação detalhada para preenchimento em campo; Planilha de inventário in loco; *Checklist* de materiais para trabalho em campo; Escalas para fotografia de objetos; e Ficha de inserção de novos termos controlados, em Excel, bem como o Manual de Preenchimento. Por meio desse manual, foi estruturado um vocabulário controlado específico para o AAUFMG, tendo como base ferramentas como tesouros, listas de termos de diversas instituições e o próprio levantamento anterior do acervo. A elaboração de um vocabulário controlado, para o inventário das obras do Acervo Artísticos, promove a padronização, não apenas como facilitadora para a comunicação da equipe e do público externo e interno, como também para eficiente gestão e preservação do acervo, possibilitando a escolha de termos preferíveis sem desconsiderar suas variantes.

O terceiro protocolo desenvolvido, em colaboração com Alexandre Leão, professor da Escola de Belas Artes da UFMG, foi o manual *Sistema de Informação Acervo Artísticos UFMG: manual para fotografia de campo* (PANISSET, 2017), visando a orientação sobre o processo fotográfico a partir do conceito de Documentação Científica por Imagem, por meio da inclusão de parâmetros dimensionais, a partir da inclusão de escalas; informacionais, através da orientação dos esquemas de posição e detalhes; e colorimétricos, considerando a iluminação, a inclusão da cartela de referência cromática (X-Rite ColorChecker Passport) e as configurações da câmera fotográfica para o Projeto Acervo Artísticos, além das orientações em relação aos programas de tratamento das imagens, formatos diferenciados em relação às distintas funções – fotografia de alta resolução para publicações e em formatos específicos para bases de dados digitais.

Os três processos integrados – diagnóstico, registro documental de dados e registro documental fotográfico – determinaram a acuidade a implantação da política de inventário do AAUFMG, servindo de modelo para outros acervos da universidade e para outras universidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontamos, o objeto documentado, como herança cultural está vinculado à ideia de salvaguarda da identidade cultural. No caso de objetos pertencentes à Universidade, o melhor caminho para assegurar sua preservação é certificá-lo como patrimônio artístico cultural, “estudando-o como fruto da relação do homem com o meio e incentivando os cidadãos a valorizarem o patrimônio como uma parcela de sua herança cultural” (ALVES, 2012, p. 25). A partir dessas ponderações, torna-se evidente a importância da Universidade em assumir um compromisso de salvaguardar o patrimônio artístico cultural mantido sob sua tutela.

Devemos ressaltar de acordo com Pinheiro que:

todo esse processo [de documentação de acervos] depende de profissionais, tecnologia (informática e telecomunicações), recursos, capacitação e aprendizado continuado, com o objetivo comum de coletar, selecionar, processar, recuperar, disseminar e trocar informações, em uma ou mais áreas do conhecimento, para atender às necessidades e demandas de informação de uma determinada comunidade (PINHEIRO, 1994, p. 4).

Portanto, consideramos, principalmente, que é preciso estabelecer uma política institucional na universidade analisando as necessidades da documentação, preservação e gestão de seu patrimônio cultural e científico. Os gastos com infraestrutura, como o uso de sistemas e sua manutenção, e a contratação de equipe qualificada devem estar previstos no orçamento das universidades. Porém, antes de tudo, buscamos fomentar, entre as diversas hierarquias da instituição, uma conscientização sobre a relevância dos processos documentais tanto para o controle e a gestão do patrimônio, como a preservação da história de seus acervos (SILVA, 2015).

A equipe do AAUFMG após a etapa inicial de conhecimento do acervo deverá concentrar a sua atenção em definir uma política de coleções abrangente, pública, suportada pela missão do acervo, que determine claramente a sua atuação em relação ao desenvolvimento, conservação, documentação e acessibilidade da coleção. Um instrumento que deverá servir como guia de longo prazo para o AAUFMG, para os seus profissionais e, acima de tudo, para o seu público (JULIÃO; PANISSET, 2017).

Entendemos que o AAUFMG, como um bem público, necessita além de conservação, estar disponível como fonte de pesquisa, documentação e

acima de tudo como espaço de educação e formação, objetivando cumprir sua função social e gerando subsídios para o ensino, a pesquisa e a extensão. As questões relacionadas com a própria comunidade acadêmica são pontos relevantes. É essencial criar estratégias para a educação e sensibilização dos cuidados que devem ser tidos para a conservação deste patrimônio importante da Universidade. Apenas com a participação deste conjunto de pessoas conseguiremos salvaguardar as nossas coleções, para a partilha com a comunidade.

Os protocolos propostos no âmbito da tese (PANISSET, 2017) objetivam a implementação de um sistema de informação do AAUFMG desenvolvidos para auxiliar as informações sobre o patrimônio universitário. Como parte de um sistema, as informações geradas têm como objetivo responder às necessidades de gestão integrada de informação que se pretende alcançar no AAUFMG, para ser posteriormente estendido para todo o patrimônio cultural e científico da UFMG. Nesse sentido, o sistema de informação contribui na elaboração de uma herança cultural ao reunir e organizar registros, transformando em informações que servem de referência para identificar e agregar valor. “A partir do valor atribuído, ações educativas e de difusão completam o vínculo com a comunidade, pois na medida em que esta se reconhece no patrimônio, ela passa a preservá-lo” (ALVES, 2012, p. 101). É importante ressaltar que a disponibilização do acervo na web fornece visibilidade, acesso e segurança ao acervo. A publicação das coleções também auxilia na pesquisa, uma vez que as bases de dados informatizadas desempenham importante papel no registro e na difusão de informações, particularmente quando disponíveis on-line (SILVA, 2015).

Nesta perspectiva, a UFMG deve adaptar-se às novas tecnologias de informação e comunicação, flexibilizando-se como instituição, identificando novas formas de preservar e conferir acesso às suas coleções, reformulando os seus processos e sistemas de gestão, de forma a abranger este “novo meio” como parte integrante da gestão de acervos, e integrando-se, por sua vez, na dinâmica cotidiana da Universidade.

Nossa pesquisa não pretende de maneira nenhuma esgotar o tema, mas objetivamos estabelecer subsídios para a discussão da necessidade da documentação para conhecimento e visibilidade dos acervos universitários, no caso, principalmente dos acervos de arte. O reconhecimento deste importante patrimônio traz à tona a necessidade de estabelecimento de políticas de

gestão no âmbito universitário e de um compromisso efetivo dos órgãos de direção na preservação destes acervos. A intenção é de refletir e acrescentar propostas e aspectos que possam estar na pauta das discussões da Universidade, aprimorando a organização, o controle e a gestão de seus acervos, ampliando a difusão de informações sobre objetos artísticos e criando políticas públicas que viabilizem o acesso e a preservação do patrimônio público.

Cabe ressaltar, que as discussões relacionadas aos modelos de gestão documental e gestão de conservação fazem parte de um contexto de longa duração que estabelece as bases da Ciência da Conservação na primeira metade do século XX a partir da atuação do Escritório Internacional de Museus e do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual da Liga das Nações nas décadas de 1920 e 1930 (FRONER, 2016).

Atualmente, outros protocolos têm sido discutidos no âmbito do projeto de Produtividade em Pesquisa *Protocolos de gestão sustentável de acervos em museus: competências técnico-científicas para a definição de standards, recomendações e políticas públicas de salvaguarda*, desenvolvido por Froner junto ao CNPq. Discussões subsidiadas por reflexões e experiências anteriores, adaptadas a contextos distintos e compartilhadas por redes colaborativas, determinam a qualidade dos processos de gestão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana Mortara. *Museus e coleções universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?* 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ALVES, Juliana Rodrigues. *Patrimônio: gestão e sistema de informação*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) – Programa Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- CABALLERO ZOREDA, Luis. A propósito del “sistema de documentación para museos”. *Boletín de la ANABAD*, Madrid, t. 33, n. 3, p. 493500, 1983.
- CAUQUELIN, Anne. *Arte contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHRISTISON, Muriel B. Professional Practices in University Art Museums. *Museum News*, Washington, DC, p. 3040, 1980.

COELHO, José Teixeira. Para um museu contemporâneo de arte. *In: SEMANA DE MUSEUS DA USP*, 2., 1999, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. p. 2730.

COLLECTIONS TRUST. Documentation planning pack. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: https://www.obs-traffic.museum/sites/default/files/ressources/files/CT_Documentation_Planning_Pack.pdf. Acesso em: 19 out. 2016.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DYSON, Robert H. Public Education: The Experience of the University Museum at the University of Pennsylvania. *In: SOLINGER, Janet (ed.). Museums and Universities: New Paths for Continuing Education*. New York: Nucea; American Council on Education; Macmillan Publishing Company, 1990. p. 5980.

FRONER, Yacy-Ara. Coleção e arquivo como prática coletiva: a narrativa, a retórica e o semiológico. *Revista Pós*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 165177, 2015.

FRONER, Yacy-Ara. Demandas históricas: a constituição da ciência da conservação e a formação do conservador-restaurador. *Conservar Patrimônio*, Belo Horizonte, n. 23, p. 1523, 2016.

FRONER, Yacy-Ara. *Memória e preservação: a construção epistemológica da ciência da conservação*. [S. l.: s. n.], 2007.

FRONER, Yacy-Ara. *Os domínios da memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GIL, Fernando Bragança. Museus universitários: sua especificidade no âmbito da Museologia. *In: SEMEDO, Alice (coord.). Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*. Porto: Universidade do Porto, 2005.

JORGE, Natália Maria da Costa; MEDEIROS, Filipa; RODRIGUES, Juliana; MEDINA, Susana. *Os vocabulários controlados na organização e gestão de informação sobre patrimônio cultural: orientações práticas*. [S. l.]: Grupo de Trabalho “Sistemas de Informação em Museus”; Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2017.

JULIÃO, Leticia *et al.* *Acervo Artístico da UFMG: política de preservação no âmbito universitário*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2015.

JULIÃO, Leticia; PANISSET, Ana. Acervo Artístico da UFMG: o papel da museologia na gestão do patrimônio universitário. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA*, 3., 2017, Belém. *Anais [...]*. Belém: Faculdade de Artes Visuais, 2017.

LOUREIRO, Maria Lucia Niemeyer Matheus. A documentação museológica entre a arte e a ciência. *In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lúcia Niemeyer Matheus (org.). Documentação em museus*. Rio de Janeiro: Mast, 2008. p. 2432.

LOURENÇO, Marta C. *Between Two Worlds: The Distinct Nature and Contemporary Significance of University Museums and Collections in Europe*. 2005. Tese (Doutorado em Museologia e História da Tecnologia) – École doctorale technologique et professionnelle, Conservatoire national des arts et métiers, Paris, 2005.

MARÍN TORRES, María Teresa. *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón: Trea, 2002.

MEIRELLES, Lúcia Maria. Conclusões gerais do I Encontro Nacional de Museus Universitários. *Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, MG, v. 5, n. 9, 1992.

MENDONÇA, Lúcia Glicério. Museus universitários: de legisladores do saber a intérpretes de culturas. In: SEMEDO, Alice; NASCIMENTO, Elisa Noronha; CENTENO, Rui (coord.). *Atas do Seminário Internacional o Futuro dos Museus Universitários em Perspetiva*. Porto: Universidade do Porto, 2014. p. 8087.

MENSCH, Peter van. Society, object, museology. In: ICON. *Collecting Today for Tomorrow*. Leiden: Icofom, 1983. p. 2132.

PAASKOSKI, Leena; EKOSAARI, Maija; JANTUNEN, Sari. Checklist para uma política de gestão de acervos. *PÓS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBAUFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 200229, 2014.

PANISSET, Ana Martins. *A documentação como ferramenta de preservação: protocolos para documentação e gestão do Acervo Artístico da UFMG*. 2017. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PAULA, João Antônio de (coord.). *Acervo artístico da UFMG*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; VIRUEZ, Guilma Vidas; DIAS, Mauro. Sistema de Informação em Arte e Atividades Culturais (Iara): aspectos políticos, institucionais, técnicos e tecnológicos. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 327334, 1994.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades pública: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 88102, 2013.

RIBEIRO, Maria das Graças. Universidades, museus e o desafio da educação, valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza, SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 2047.

SILVA, Camila Aparecida da. *Avaliação dos processos de catalogação em museus de arte: o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

STANBURY, Peter. University Museums and Collections. *Museum International: University Museums*, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 49, 2000.

